

REGIÃO SUDESTE

Encerrada consulta pública para revisão da poligonal do Porto de Santos

Prazo terminou às 23h59 de ontem e incluía proposta de retorno do traçado à revisão feita em 2020

Reprodução/Google Earth

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

O Ministério da Infraestrutura, por meio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, encerrou, às 23h59 de ontem, o prazo da consulta pública sobre a redução da poligonal do Porto de Santos (SP). Ao menos 17 contribuições haviam sido enviadas até as 19h30 de ontem. Conforme a proposta, a área delimitada do porto organizado retorna ao tamanho aproximado ao da revisão de 2020, que era em torno de 8 km².

A proposta dispõe sobre redução da área delimitada do complexo portuário entre outros ajustes. Em 18 de janeiro deste ano, foi publicada a Portaria nº 66, que dispunha sobre a expansão do traçado do porto organizado de 8 km² para 15,5 km².

Na Portaria nº 66, foram incluídas, por exemplo, as regiões da Ilha de Bagres e Largo do Caneu, localizadas na Área Continental, para exploração greenfield, ou seja, para desenvolvimento de novos empreendimentos. O objetivo era agregar valor à desestatização da Santos Port Authority (SPA), estatal que administra o Porto de Santos. As duas áreas juntas respondem por aproximadamente 6 km² e foram excluídas da proposta atual.

Em nota, o Minfra infor-



O mapa anexado à proposta aponta as áreas mantidas e as retiradas da poligonal do Porto de Santos

correção teria que ser feita de qualquer forma. Há discussões pontuais e uma importante, que é a exclusão das ilhas de Bagres e de Caneu. São áreas importantes para futuras expansões do porto, então, é preciso explicar o motivo que está sendo proposto essa exclusão e, com certeza, essa alteração dessas áreas vai impactar no processo de desestatização”.

Quanto à concessão da SPA, Sammarco disse que a revisão pode mudar também o perfil do futuro interessado. “Se está disputando uma concessão de uma área maior tem, talvez, uma produtividade diferente. Agora vai ser uma área mais restrita, com uma oferta menor de área de expansão, isso, com certeza, altera o perfil do investidor”, concluiu.

O sócio-diretor da Alemoa SA, João Maria Menano, que é membro da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), afirma que a consulta pública é válida, pois, dessa forma, o Ministério da Infraestrutura garante transparência no processo de desestatização do Porto de Santos e mostra que está aberto ao diálogo com a comunidade portuária. “Faltava essa etapa no processo. Dessa forma, há respeito aos contratos existentes”, salientou.

“as contribuições serão analisadas e incorporadas ou não ao processo, antes que o mesmo siga para o Tribunal de Contas da União (TCU)”.

“A medida ocorre para permitir a participação efetiva da sociedade e da comunidade portuária na delimitação dessa área e eventuais ajustes, antes da desestatização do Porto de Santos. Na consulta, a poligonal retorna ao tamanho aproximado que ficou na revisão de 2020”, esclareceu o ministério.

Repercussão

Para o diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandega-

dos (Abtra), Angelino Caputo, “como o próprio texto da consulta pública diz, a mudança é necessária para remover impedâncias que poderiam prejudicar o processo de desestatização do Porto de Santos”.

Caputo analisou que a revisão do traçado torna o processo de desestatização do porto mais viável. “A consequência imediata é a redução do valor do ativo a ser leiloadado. Na verdade, a inclusão recente dessas áreas tinha como objetivo principal justamente valorizar o ativo. Ocorre que essas inclusões geraram muitos questionamentos que poderiam ter sido evitados, caso tivessem

sido objeto de uma discussão maior com a comunidade, o que não é obrigatório, mas é uma boa prática. O resultado foi que vários conflitos somente apareceram posteriormente, chegando a ameaçar o processo de desestatização com possíveis ações judiciais”, afirmou.

O presidente da Associação Comercial de Santos (ACS), Mauro Sammarco, disse que “é uma proposta importante porque visa corrigir itens que teriam sido incluídos de forma indevida quando entrou em vigor o PDZ (Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário) anterior. Então, essa

Marinha abre visita pública a navios no Porto Maravilha

Evento na zona portuária turística do Rio faz parte da programação da semana da Independência

Divulgação/Marinha do Brasil

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

A Marinha do Brasil realizará exposição e visitação de navios no Pier Mauá, localizado no Porto Maravilha, no Centro do Rio de Janeiro (RJ). O evento será aberto ao público e faz parte das comemorações dos 200 anos da Esquadra brasileira, fundada na mesma época em que foi proclamada a Independência do Brasil, celebrada no próximo dia 7. O evento é gratuito e será aberto ao público nos dias 3, 4 e 8 deste mês, das 9 às 17 horas.

Nos dias 3 e 4, o público poderá conferir o Capitânia da Esquadra, o navio aeródromo



O navio aeródromo multipropósito “Atlântico” é uma das embarcações que estarão abertas a visitação pública, nos próximos dias 3 e 4

ronaval, Comando da Primeira Divisão da Esquadra, Comando da Segunda Divisão da Esquadra, Comando da Força de Superfície, Comando da Força de Submarinos, Base Naval do Rio de Janeiro, Centro de Intendência da Marinha em Niterói, Centro de Apoio a Sis-temas Operativos, Centro de Manutenção de Embarcações Miúdas e Unidade Médica da Esquadra.

Interessados podem se inscrever gratuitamente no endereço eletrônico: www.200anosdaesquadra.marinha.mil.br.

multipropósito – NAM “Atlântico” e o navio veleiro “Cisne Branco”. Já no dia 8, a visitação será aberta à fragata Rade-

maker, à corveta Júlio de Noronha e ao navio escola “Sagres”, da Marinha Portuguesa.

Na ocasião, haverá es-

tandes das organizações militares subordinadas ao Comando em Chefe da Esquadra, tais quais: Comando da Força Ae-